

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

Oficina de Capacitação FEHIDRO 2024
25 de março de 2024

ANEXO I - Deliberação CBH-AT nº 175, de 08 de fevereiro de 2024

Anexo I da Deliberação CBH-AT nº 175, de 08 de fevereiro de 2024

ESTRUTURA DO TERMO DE REFERÊNCIA

As propostas deverão ser elaboradas com a estrutura mínima descrita a seguir:

- Capa (título / nº da Deliberação do CBH-AT / proponente tomador / mês e ano);
- Sumário;
- Itens de 1 a 13 deste Anexo;
- Inclusão de anexos exclusivamente quando a visualização no próprio TR ficar prejudicada, com a devida citação no texto;
- O título deve ser curto (máximo de 200 caracteres), representar a ideia principal do empreendimento, ser coerente com a tipologia selecionada e enquadramento no PDC e subPDC (Anexo 1 do MPO). O título não precisa corresponder exatamente ao que está escrito na Tipologia. Ex.: "Elaboração de projetos executivos de Estações Elevatórias de Esgoto no Município de Itapeverica da Serra".

1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROPONENTE

Descrição sucinta do histórico da instituição, entidade ou organização, assim como dos projetos e/ou atividades desenvolvidas, de forma a justificar a estrutura e capacidade de desempenho do proponente tomador na área da proposta.

2. DIAGNÓSTICO E JUSTIFICATIVA

Descrever a contextualização e justificativa da proposta dentro da ação que se enquadra no Plano de Ação e no Programa de Investimentos - PA/PI 2024-2027 e suas informações gerais.

Estruturalmente solicita-se que o texto aborde:

- a) A caracterização da situação problema ou carência que a proposta de empreendimento visa resolver, baseando-se em dados quantitativos e/ou qualitativos, acompanhados das respectivas referências bibliográficas e demais fontes de informação utilizadas. A argumentação da situação problema deve permitir a elaboração dos objetivos.
- b) O enquadramento no subPDC e na ação financiável do PA/PI 2024-2027 que consta no artigo 1º desta Deliberação.
- c) Os benefícios mensuráveis da consecução da proposta e consequências da sua não realização.

Para empreendimentos enquadrados na ação do subPDC 7.1 – "Elaboração de projetos (básicos e/ou executivos) e execução de obras de micro e macro drenagem. Em relação a macrodrenagem, os projetos e obras devem estar previstos em planos de drenagem e em conformidade com as diretrizes preconizadas nos PDMATs", é obrigatório apresentar, no caso de macro drenagem, o respectivo plano de drenagem urbana, rural ou plano de saneamento (se incluída drenagem) bem como a citação da página, capítulo etc. que trata da obra.

Caso o proponente tomador já tenha tido algum empreendimento financiado pelo FEHIDRO em exercícios anteriores que tenha relação com a proposta ora apresentada, deverá identificá-lo e descrever os objetivos pretendidos quando de sua indicação, os produtos e resultados obtidos, bem como sua correlação com a presente proposta.

3. OBJETIVOS

Descrever sobre o que se pretende alcançar com a proposta, organizando em objetivos gerais e objetivos específicos.

- Objetivos gerais - são os objetivos mais amplos do projeto. Deve ser escrito em uma frase mais geral, que engloba o conjunto dos objetivos específicos.
- Objetivos específicos - um conjunto de etapas intermediárias que devem ser cumpridas ao longo da execução do empreendimento para alcançar o objetivo geral.

Destaca-se que os objetivos específicos não são procedimentos metodológicos e, para evitar eventual confusão, após a elaboração/redação dos mesmos, verifique se eles estão respondendo à pergunta "o que eu vou fazer?" e não "como eu vou fazer?"

4. ÁREA DE ESTUDO

Deve-se apresentar mapa(s), devidamente georeferenciado(s), com citação de fonte(s), legendas e informações legíveis, que permita(m) a identificação do empreendimento no município e/ou bacia do Alto Tietê, com as seguintes informações, no que couber:

- Delimitação da área de estudo e/ou do(s) município(s) atendido(s);
- Pontos de monitoramento;
- Coordenadas (UTM ou Geográficas) ou polígonos das intervenções e estruturas associadas;
- Quaisquer outras informações efetivamente necessárias à compreensão da proposta.

Exemplo: mapa(s) extraído(s) do Datageo, dentre outros.

A declaração das coordenadas é essencial para a caracterização geográfica dos empreendimentos na UGRHI-06 e identificação do benefício para as áreas de mananciais.

5. POPULAÇÃO ATENDIDA

A população atendida compreende o número de habitantes de uma determinada localidade, baseado em dados oficiais e devidamente referenciados, que serão beneficiados diretamente com os resultados da proposta. Deve-se estabelecer relação direta com o(s) mapa(s) apresentado(s) no item 4.

6. METODOLOGIA

Aplicada para todos os empreendimentos não estruturais e para empreendimentos mistos, ou seja, aqueles que contemplem, além da obra, ações de caráter não estrutural, como por exemplo, empreendimentos de implantação de coleta seletiva que envolvam a construção de uma central de triagem e ações de educação ambiental.

A metodologia deve apresentar as atividades a serem desenvolvidas, descrição de materiais e métodos e ser coerente com a obtenção dos produtos, para o atendimento pleno dos objetivos. É necessário descrever em detalhe, quando couber:

- Os procedimentos a serem utilizados, baseadas em literatura especializada, legislação

ESTRUTURA MÍNIMA DO TERMO DE REFERÊNCIA

- ✓ **Capa (título / nº da Delib do CBH-AT / proponente tomador / mês e ano);**
- ✓ Sumário;
- ✓ Itens de 1 a 13 deste Anexo;
- ✓ Anexos só quando a visualização no TR ficar prejudicada, com a devida citação no texto;
- ✓ **Título curto (máx. de 200 caracteres), ideia principal do empreendimento, coerente com a tipologia e enquadramento no PDC e subPDC (Anexo 1 do MPO). Não precisa corresponder exatamente ao que está escrito na Tipologia**

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO NÚCLEO URBANO ISOLADO NOVE DE JULHO, DISTRITO DE JUNDIAPEBA, EM MOGI DAS CRUZES, NA APRM-ATC

Deliberação CBH-AT nº 154 de 27.10.2022

SEMAE - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS DE MOGI DAS CRUZES-SP

ANEXO 1 MPO

PDC 3. Qualidade das Águas

Abrange ações de controle da poluição das águas.

SubPDC 3.1. Esgotamento sanitário

Projetos (básicos e/ou executivos), serviços ou obras de implantação, ampliação ou modernização de sistemas de esgotamento sanitário, incluindo sistemas individuais alternativos de saneamento e sistemas de tratamento de resíduos sólidos ou líquidos provenientes de ETE ou de ETA.

ABRIL DE 2023

DELIBERAÇÃO CBH-AT

Sub PDC	Descritivo do SubPDC	Ação
3.1	Esgotamento sanitário	Elaboração de projetos (básicos e/ou executivos) e execução de obras para implantação de sistemas de coleta, transporte e tratamento de esgotos

ESTRUTURA MÍNIMA DO TERMO DE REFERÊNCIA

- ✓ **Capa (título / nº da Delib do CBH-AT / proponente tomador / mês e ano);**
- ✓ Sumário;
- ✓ Itens de 1 a 13 deste Anexo;
- ✓ Anexos só quando a visualização no TR ficar prejudicada, com a devida citação no texto;
- ✓ **Título curto (máx. de 200 caracteres), ideia principal do empreendimento, coerente com a tipologia e enquadramento no PDC e subPDC (Anexo 1 do MPO). Não precisa corresponder exatamente ao que está escrito na Tipologia**

TERMO DE REFERÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS PARA A IMPLANTAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NAS BACIAS DE MANANCIAS DA SUB-REGIÃO SUDOESTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

ANEXO 1 MPO

PDC 1. Bases Técnicas em Recursos Hídricos

Compreende a elaboração de diagnósticos, estudos técnicos e jurídicos de apoio ao planejamento, gestão e normatização relacionados aos recursos hídricos.

SubPDC 1.1. Legislação

Estudos cujos produtos subsidiem a proposição ou atualização da legislação afeta aos recursos hídricos, ou as diretrizes para o disciplinamento do uso e ocupação do solo.

SubPDC 1.2. Planejamento e gestão de recursos hídricos

Estudos, levantamentos, diagnósticos ou planos específicos afetos a recursos hídricos, cujos produtos subsidiem o planejamento e a gestão dos recursos hídricos.

DELIBERAÇÃO

Deliberação CBH-AT *Ad Referendum* n° 162, de 11 de maio de 2023

PROPONENTE TOMADOR

Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo – Conisud

DELIBERAÇÃO CBH-AT

1.2	Planejamento e gestão de recursos hídricos	Unidades de Conservação, prioritariamente em áreas de mananciais
		Identificação de áreas para a implantação de novas Unidades de Conservação, visando à conservação e proteção dos recursos hídricos

Setembro de 2023

ESTRUTURA MÍNIMA DO TERMO DE REFERÊNCIA

Sumário

- ✓ Capa (título / nº da Delib do CBH-AT / proponente tomador / mês e ano);
- ✓ **Sumário;**
- ✓ **Itens de 1 a 13 deste Anexo;**
- ✓ Anexos só quando a visualização no TR ficar prejudicada, com a devida citação no texto;
- ✓ Título curto (máx. de 200 caracteres), ideia principal do empreendimento, coerente com a tipologia e enquadramento no PDC e subPDC (Anexo 1 do MPO). Não precisa corresponder exatamente ao que está escrito na Tipologia

Parceria deveria estar antes de equipe técnica

Projeto de 2023, na deliberação vigente foi incluído o item 12. Estratégias de Sustentabilidade, ficando:

- 11. PRODUTOS E RESULTADOS ESPERADOS**
- 12. ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE**
- 13. REFERNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROPONENTE.....	1
2. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	3
3. OBJETIVOS	6
3.1 Objetivo geral	6
3.2 Objetivos específicos.....	6
4. ÁREA DE ESTUDO.....	7
5. POPULAÇÃO ATENDIDA	9
6. METODOLOGIA.....	10
6.1 ETAPA 1: Elaboração do Plano de Trabalho.....	10
6.2 ETAPA 2: Mobilização social.....	11
6.3 ETAPA 3: Estudos de criação das UCs.....	13
7. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	16
8. EQUIPE TÉCNICA	16
9. PARCERIAS.....	18
10. METAS, AÇÕES E INDICADORES	18
11. PRODUTOS E RESULTADOS ESPERADOS	19
12. REFERÊNCIAS	22
ANEXO 1 – Areas Prioritárias para Conservação - “Mapeamento de Areas Prioritárias para Investimentos em Conservação e Recuperação da Qualidade Ambiental dos Mananciais da Sub-região Sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo” (IPT, 2023).....	24
ANEXO 2 – Cartas de anuência de interessados em disponibilizar as áreas para estudo de criação de Unidade de Conservação.	25

1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROPONENTE

- ✓ Descrição sucinta do histórico da instituição, entidade ou organização, assim como dos projetos e/ou atividades desenvolvidas, de forma a justificar a estrutura e capacidade de desempenho do proponente tomador na área da proposta.

- ✓ Deixa claro a natureza da instituição, municípios englobados;
- ✓ Atividades que tenham relação com recursos hídricos faz parte dos objetivos da instituição.

1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROPONENTE

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – Conisud, associação pública, constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito público de natureza autárquica interfederativa, engloba oito municípios: Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeberica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista. Sua constituição se deu em 21 de maio de 2001 e teve como escopo e objetivos, entre outros:

- Representar o conjunto dos entes que o integram, em matéria de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público e privado;
- Implementar iniciativas de cooperação entre o conjunto dos entes para atender às suas demandas e prioridades, no plano da integração regional, para promoção do desenvolvimento regional da Sub-região;
- Promover formas articuladas de planejamento ou desenvolvimento regional, criando mecanismos conjuntos para consultas, estudos, execução, fiscalização e controle de atividades que interfiram, na área compreendida no território dos Municípios consorciados, entre outras;
- Planejar, adotar e executar, sempre que cabível em cooperação técnica e financeira com os Governos da União e dos Estados, obras e outras ações destinadas a promover, melhorar e controlar, prioritariamente, as ações relativas às suas finalidades específicas;
- Manter atividade permanente de captação de recursos para financiamento de projetos prioritários estabelecidos pelo planejamento;
- Arregimentar, sistematizar e disponibilizar informações socioeconômicas; e
- Acompanhar, monitorar, controlar e avaliar os programas, projetos e ações, no sentido de garantir a efetiva qualidade do serviço público;

No que se refere às finalidades específicas, destaca-se, também, que o Conisud tem nos seus objetivos e busca continuamente realizar atividades de planejamento e gestão ambiental; iniciativas no tema da educação ambiental; ações regionais na área de recursos hídricos e saneamento; e articulações junto aos órgãos do estado para a criação de instrumentos econômicos e mecanismos de compensação para a gestão ambiental.

O Conisud tem um papel fundamental na articulação das políticas públicas regionais junto aos órgãos estaduais, federais e internacionais. O conhecimento ampliado do território onde atua e da sua realidade são essenciais para um planejamento eficiente na formulação das políticas públicas de interesse comum.

1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROPONENTE

- ✓ Descrição sucinta do histórico da instituição, entidade ou organização, assim como dos projetos e/ou atividades desenvolvidas, de forma a justificar a estrutura e capacidade de desempenho do proponente tomador na área da proposta.

- ✓ Deixa claro a natureza da instituição, municípios englobados;
- ✓ Atividades que tenham relação com recursos hídricos faz parte dos objetivos da instituição.

1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROPONENTE

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – Conisud, associação pública, constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito público de natureza autárquica interfederativa, engloba oito municípios: Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeberica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista. Sua constituição se deu em 21 de maio de 2001 e teve como escopo e objetivos, entre outros:

- Representar o conjunto dos entes que o integram, em matéria de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público e privado;
- Implementar iniciativas de cooperação entre o conjunto dos entes para atender às suas demandas e prioridades, no plano da integração regional, para promoção do desenvolvimento regional da Sub-região;
- Promover formas articuladas de planejamento ou desenvolvimento regional, criando mecanismos conjuntos para consultas, estudos, execução, fiscalização e controle de atividades que interfiram, na área compreendida no território dos Municípios consorciados, entre outras;
- Planejar, adotar e executar, sempre que cabível em cooperação técnica e financeira com os Governos da União e dos Estados, obras e outras ações destinadas a promover, melhorar e controlar, prioritariamente, as ações relativas às suas finalidades específicas;
- Manter atividade permanente de captação de recursos para financiamento de projetos prioritários estabelecidos pelo planejamento;
- Arregimentar, sistematizar e disponibilizar informações socioeconômicas; e
- Acompanhar, monitorar, controlar e avaliar os programas, projetos e ações, no sentido de garantir a efetiva qualidade do serviço público;

No que se refere às finalidades específicas, destaca-se, também, que o Conisud tem nos seus objetivos e busca continuamente realizar atividades de planejamento e gestão ambiental; iniciativas no tema da educação ambiental; ações regionais na área de recursos hídricos e saneamento; e articulações junto aos órgãos do estado para a criação de instrumentos econômicos e mecanismos de compensação para a gestão ambiental.

O Conisud tem um papel fundamental na articulação das políticas públicas regionais junto aos órgãos estaduais, federais e internacionais. O conhecimento ampliado do território onde atua e da sua realidade são essenciais para um planejamento eficiente na formulação das políticas públicas de interesse comum.

1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROPONENTE

- ✓ Descrição sucinta do histórico da instituição, entidade ou organização, assim como dos projetos e/ou atividades desenvolvidas, de forma a justificar a estrutura e capacidade de desempenho do proponente tomador na área da proposta.

✓ **Elenca projetos desenvolvidos, com destaque para os que tem/podem ter relação com recursos hídricos.**

Desde a sua criação e reestruturação, o consórcio desenvolveu diversas iniciativas e vem buscando projetos e parcerias para atender as necessidades da região, como:

- Participação na Reunião do Conselho de Desenvolvimento da RMSP;
- Instalação do Fórum permanente dos Consórcios Públicos da RMSP;
- Participação efetiva junto a Rede Nacional de Consórcios Públicos (RNCP);
- Iniciativas junto à ANTT, ARTERIS e DER para melhoria da infraestrutura viária da Sub-região;
- **Articulação com a Coordenadoria de Resíduos Sólidos da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo - SEMIL para a busca consorciada da gestão dos resíduos sólidos da Sub-região;**
- Participação das Reuniões do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT);
- Efetivação de Grupos de Trabalho para discussão de temas importantes na Sub-região (GT de Mobilidade, Meio Ambiente, Turismo e Cultura);
- **Implantação da Usina de Resíduos Sólidos Urbanos no município de Itapecerica da Serra, para atender os municípios que se encontram 100% em área de proteção ambiental;**
- **Implantação da Usina Móvel de RCC - (Resíduos da Construção Civil);**
- **Parceria no projeto Estação Preço de Fábrica, um ponto de entrega de vidro, papelão, papel branco e papel cartão para reaproveitamento na cadeia produtiva, em parceria com a startup Green Mining, a empresa IBEMA e o Grupo Boticário. A Unidade está em funcionamento em Embu das Artes, atendendo toda a região;**
- **Contrato com a ONG Espaço Urbano – Treta Pak para ressignificação dos resíduos sólidos e educação ambiental nos oito municípios da região do Consórcio, já em andamento;**
- **Estabelecimento de estratégias para a construção do Plano Regional de Resíduos Sólidos junto à SEMIL e do Consórcio SP Ambiental;**
- **Ações no tema Turismo como forma de desenvolvimento econômico sustentável em parceria com o SEBRAE, técnicos dos municípios e participação efetiva da sociedade civil;**
- **Implantação do roteiro de ciclo turismo mata atlântica e exposição itinerante meio ambiente e turismo paulista, em execução; e**
- **Conclusão do projeto "Mapeamento de áreas prioritárias para Conservação e recuperação ambiental", financiado pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (empreendimento 2020-AT_COB-125), executado pelo IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - acompanhamento junto aos municípios.**

2. DIAGNÓSTICO E JUSTIFICATIVA

- ✓ A caracterização da situação problema que a proposta visa resolver baseando-se em dados quantitativos e/ou qualitativos, acompanhados das respectivas referências bibliográficas e demais fontes de informação utilizadas. A argumentação da situação problema deve permitir a elaboração dos objetivos.

- ✓ 80 % território de atuação da instituição está em área de proteção de mananciais;
- ✓ Cita unidades de conservação existentes;

A criação de uma Unidade de Conservação (UC) está associada à necessidade de proteção de áreas de importância biológica e cultural ou de beleza cênica, ou mesmo para assegurar o uso sustentável dos recursos naturais. Além dos aspectos do meio físico e biótico, é fundamental que a criação de uma UC considere as demandas da sociedade e do poder público, bem como a realidade ambiental regional e local, para que exerça influência direta no contexto econômico e socioambiental.

A Sub-região Sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é o território sob atuação do Conisud e engloba o seguinte grupo de municípios: Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeperica da Serra, Juquitiba e São Lourenço da Serra. Trata-se de uma região estratégica para a metrópole paulista, pois 80 % do seu território está em Área de Proteção aos Mananciais, cujas águas abastecem parte da RMSP. Os municípios de Embu-Guaçu, Itapeperica da Serra, São Lourenço da Serra e Juquitiba possuem a totalidade de seus territórios em áreas de mananciais.

Apesar desse relevante patrimônio hídrico e ambiental, existe apenas uma UC de Proteção Integral (Parque Estadual da Serra do Mar) e sete UCs de Uso Sustentável, conforme mostra a Figura 1. Destas, seis são Áreas de Proteção Ambiental (APA), sendo duas estaduais (APA de Itapararanga e APA Serra do Mar), quatro municipais (APA Embu Verde, APA Prado Rangel, APA Lagoa dos Príncipes e APA Mata de Santa Teresa), e uma é a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) São Judas Tadeu. Outras categorias de áreas protegidas são: Parque ecológico (PEc) - PEc Estadual da Várzea do Embu Guaçu e o PEc da Lagoa; Parques municipais (PM) - PM Francisco Rizzo, PM da Represinha, PM do Povo, PM Cemucam, PM das Hortênsias "Armando Andrade" e PM Várzea do Embu-Mirim; e a Reserva Florestal do Morro Grande no município de Cotia, que coincide com a Área Natural Tombada Reserva do Morro Grande.

As UC são criadas por ato do poder público (federal, estadual ou municipal) após a realização de estudos técnicos e consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade.

A Reserva Particular do Patrimônio Nacional (RPPN) é UC constituída por área de posse e domínio exclusivamente privados, criada a partir da instituição de gravame de caráter perpétuo constante de termo de compromisso firmado com o órgão ambiental e averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis, com o objetivo de assegurar a conservação da diversidade biológica, ficando o uso da área restrito às atividades de pesquisa científica e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. No caso da criação de RPPNs, a realização de ações de mobilização voltadas aos proprietários de imóveis com potencial se tomarem uma área protegida são essenciais para a sensibilização acerca da importância de criação dessas UCs privadas.

2. DIAGNÓSTICO E JUSTIFICATIVA

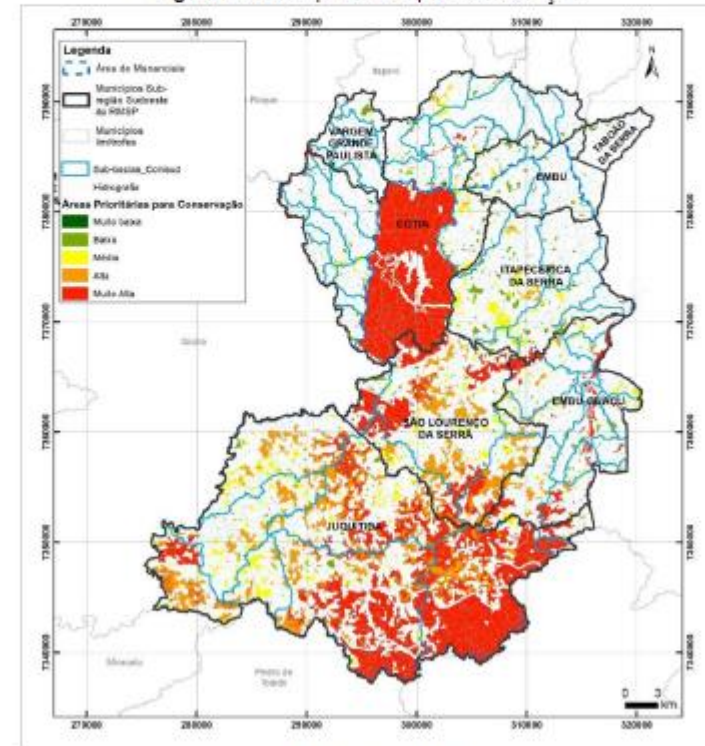
- ✓ A caracterização da situação problema que a proposta visa resolver baseando-se em dados quantitativos e/ou qualitativos, acompanhados das respectivas referências bibliográficas e demais fontes de informação utilizadas. A argumentação da situação problema deve permitir a elaboração dos objetivos.

- ✓ Cita um estudo que mapeou áreas prioritárias para conservação;
- ✓ Tem percentual e um mapa dessa área, deixando claro onde seria prioritário o desenvolvimento da ação;
- ✓ Tem uma referência que subsidia/justifica os dados

Um importante subsídio técnico para a criação de uma UC na Sub-região sob atuação do Conisud são os resultados do projeto intitulado "Mapeamento de Áreas Prioritárias para Investimentos em Conservação e Recuperação da Qualidade Ambiental dos Mananciais da Sub-região Sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo" (IPT, 2023), o qual foi recentemente elaborado pelo Conisud e IPT por meio do financiamento do Fehidro, no âmbito do Comitê de Bacia do Alto Tietê (empreendimento 2020-AT_COB-125). O referido projeto teve como um de seus objetivos específicos fornecer subsídios para estudos de ampliação de

O projeto resultou em diversos mapas norteadores de ações de conservação, recuperação e uso sustentável. O Mapa de Áreas Prioritárias para Conservação Ambiental (Figura 2), representa um conjunto de atributos dos meios biótico e físico que devem ser conservados ou manejados sob regime especial, para a manutenção da diversidade biológica e o fornecimento de bens e serviços ecossistêmicos hídricos dos quais a sociedade depende. Tais áreas possuem grande potencial para a criação de futuras UCs, de acordo com os critérios hídricos e de paisagem adotados no trabalho. De acordo com a Figura 2, 31,2 % da área total dos oito municípios (aproximadamente 459 km²) são áreas prioritárias para conservação ambiental. As áreas de muito alta e alta prioridade estão concentradas nos municípios de Juquitiba e São Lourenço da Serra (IPT, 2023).

Figura 2 – Áreas prioritárias para conservação.



Fonte: IPT (2023).

2. DIAGNÓSTICO E JUSTIFICATIVA

- ✓ O enquadramento no subPDC e na ação financiável do PA/PI 2024-2027 que consta no artigo 1º desta Deliberação.
- ✓ Os benefícios mensuráveis da consecução da proposta e consequências da sua não realização.

- ✓ **Fez enquadramento;**
- ✓ **Cita benefícios mensuráveis (aumento do índice de tratamento de esgoto do município em 0,36% e retirada de 79,86 kg DBO/dia dos corpos hídricos);**
- ✓ **Referência outros autores quando pertinente;**
- ✓ **Não realização = manutenção de lançamentos inadequados.**

O projeto de esgotamento do núcleo Nove de Julho prevê a coleta e exportação de esgotos sanitários para tratamento fora da APRMATC, e, considerando as ações definidas no Anexo II da Deliberação CBH-AT nº 153, de 27 de outubro de 2022 - Plano de Ação 2022-2023, o projeto apresentado **enquadra-se no PDC 3 – Qualidade das Águas (sub PDC 3.1 – Esgotamento Sanitário – Ação “Elaboração de projetos (básicos/executivos) e execução de obras para implantação de sistemas de coleta, transporte e tratamento de esgotos”)**.

Ainda, a execução de obras de esgotamento sanitário reflete diretamente na saúde pública e na contribuição para a segurança hídrica. Este projeto representará um **aumento em 0,36% nos índices de tratamento de esgoto do município e retirará o lançamento de esgotos in natura diretamente e indiretamente na Represa Taiapuê, estimado em 79,86 kg DBO/dia¹**, destacando-se que esta represa compõem o SPAT – Sistema Produtor do Alto Tietê, o responsável pelo abastecimento de 4,2 milhões de habitantes da zona leste de São Paulo e dos municípios de Arujá, Itaquaquetuba, Poá, Ferraz de Vasconcelos e Suzano, além de parte de Mogi das Cruzes e de Guarulhos (SABESP, 2020).

Atualmente, os efluentes domésticos gerados no núcleo Nove de Julho são destinadas direta ou indiretamente à drenagem natural, bem como ao sistema de macrodrenagem instaladas na localidade, tendo a Represa Taiapuê o caminhamento final. Considerando que o núcleo não possui redes de esgotos instaladas, as soluções individuais rudimentares e não normatizadas são utilizadas com maior frequência.

3. OBJETIVOS

- ✓ Objetivos gerais - mais amplos, uma frase mais geral, que engloba o conjunto dos objetivos específicos.
- ✓ Objetivos específicos - conjunto de etapas intermediárias que devem ser cumpridas ao longo da execução do empreendimento para alcançar o objetivo geral.
- ✓ Não são procedimentos metodológicos, verifique se eles estão respondendo à pergunta “o que eu vou fazer?” e não “como eu vou fazer?”

- ✓ **O geral representa a ação como um todo, permitindo perceber o que se almeja com o projeto.**
- ✓ **A estrutura dos objetivos específicos permite visualizar metas, ações e indicadores posteriormente;**
- ✓ **É possível saber “O que vou fazer?”;**

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

O projeto objetiva realizar a identificação de áreas e a elaboração de estudos de criação de Unidades de Conservação nas áreas de mananciais da Sub-região Sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

3.2 Objetivos específicos

Para atingir o objetivo geral pretendido com a execução do empreendimento, será necessário cumprir os seguintes objetivos específicos:

- Mobilizar a sociedade para sensibilização acerca da importância da conservação e preservação dos recursos hídricos e dos atributos ambientais da Sub-região Sudoeste da RMSP;
- Construir um banco de áreas interessadas e aptas para criação de novas Unidades de Conservação nas áreas de mananciais da Sub-região Sudoeste da RMSP; e
- Fornecer subsídios técnicos para o processo de criação de novas Unidades de Conservação nas áreas de mananciais da Sub-região Sudoeste da RMSP.

4. ÁREA DE ESTUDO

Mapa(s), devidamente georeferenciado(s), com citação de fonte(s), legendas e informações legíveis, que permita(m) a identificação do empreendimento no município e/ou bacia do Alto Tietê, com as seguintes informações, no que couber:

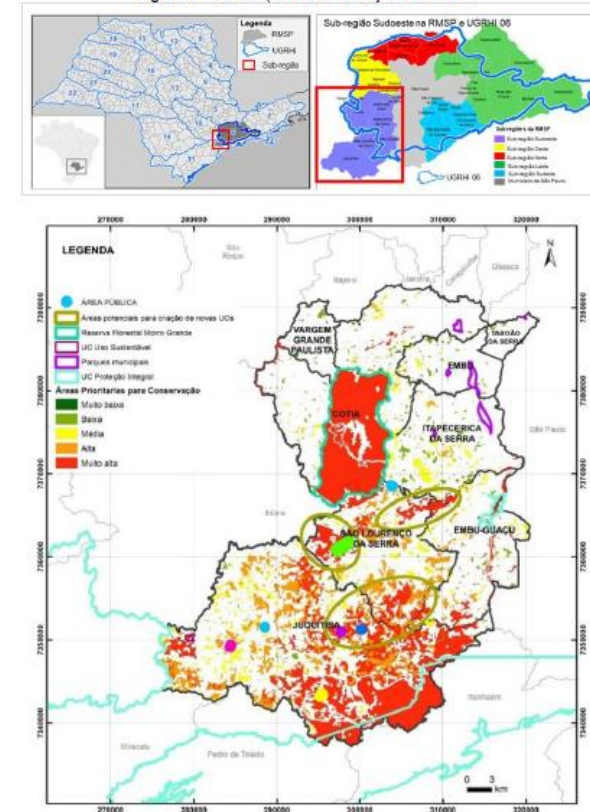
- ✓ Delimitação da área de estudo e/ou do(s) município(s) atendido(s);
- ✓ Pontos de monitoramento;
- ✓ Coordenadas (UTM ou Geográficas) ou polígonos das intervenções e estruturas associadas;
- ✓ Quaisquer outras informações efetivamente necessárias à compreensão da proposta. Exemplo: mapa(s) extraído(s) do Datageo, dentre outros.

- ✓ **Cita os municípios;**
- ✓ **Apresenta um mapa com a identificação dos locais.**

4. ÁREA DE ESTUDO

A Sub-região sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é formada pelos municípios de Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista. **A área de estudo compreende os municípios de Juquitiba, São Lourenço da Serra e Embu-Guaçu (Figura 3 – Anexo 1), que apresentaram porcentagem significativa de áreas prioritárias para conservação ambiental, de acordo com o estudo do IPT (2023). Essas áreas estão localizadas em Área de Proteção aos Mananciais (APMs) definida na RMSP pelas Leis nº 898, de 18 de dezembro de 1975 e 1.172, de 17 de novembro de 1976, a qual está sendo revisada para a criação da Área de Proteção e Recuperação aos Mananciais (APRM) do Alto Juquiá São Lourenço. Abrange, ainda, parte da APRM Guarapiranga, definida pela Lei Estadual nº 12.233/2006.**

Figura 3 – Localização das áreas objeto do estudo.



4. ÁREA DE ESTUDO

Mapa(s), devidamente georeferenciado(s), com citação de fonte(s), legendas e informações legíveis, que permita(m) a identificação do empreendimento no município e/ou bacia do Alto Tietê, com as seguintes informações, no que couber:

- ✓ Delimitação da área de estudo e/ou do(s) município(s) atendido(s)
- ✓ Pontos de monitoramento;
- ✓ Coordenadas (UTM ou Geográficas) ou polígonos das intervenções e estruturas associadas;
- ✓ Quaisquer outras informações efetivamente necessárias à compreensão da proposta. Exemplo: mapa(s) extraído(s) do Datageo, dentre outros.

- ✓ **Cita os municípios;**
- ✓ **Denomina local e apresenta mapas para identificação do mesmo em diferentes contextos;**
- ✓ **Apresenta coordenadas;**
- ✓ **Cita fontes.**

Figura 1. Localização do Núcleo Urbano Isolado Nove de Julho, no Distrito de Jundiapéba, no município de Mogi das Cruzes – SP, inteiramente localizado na APRMATC.

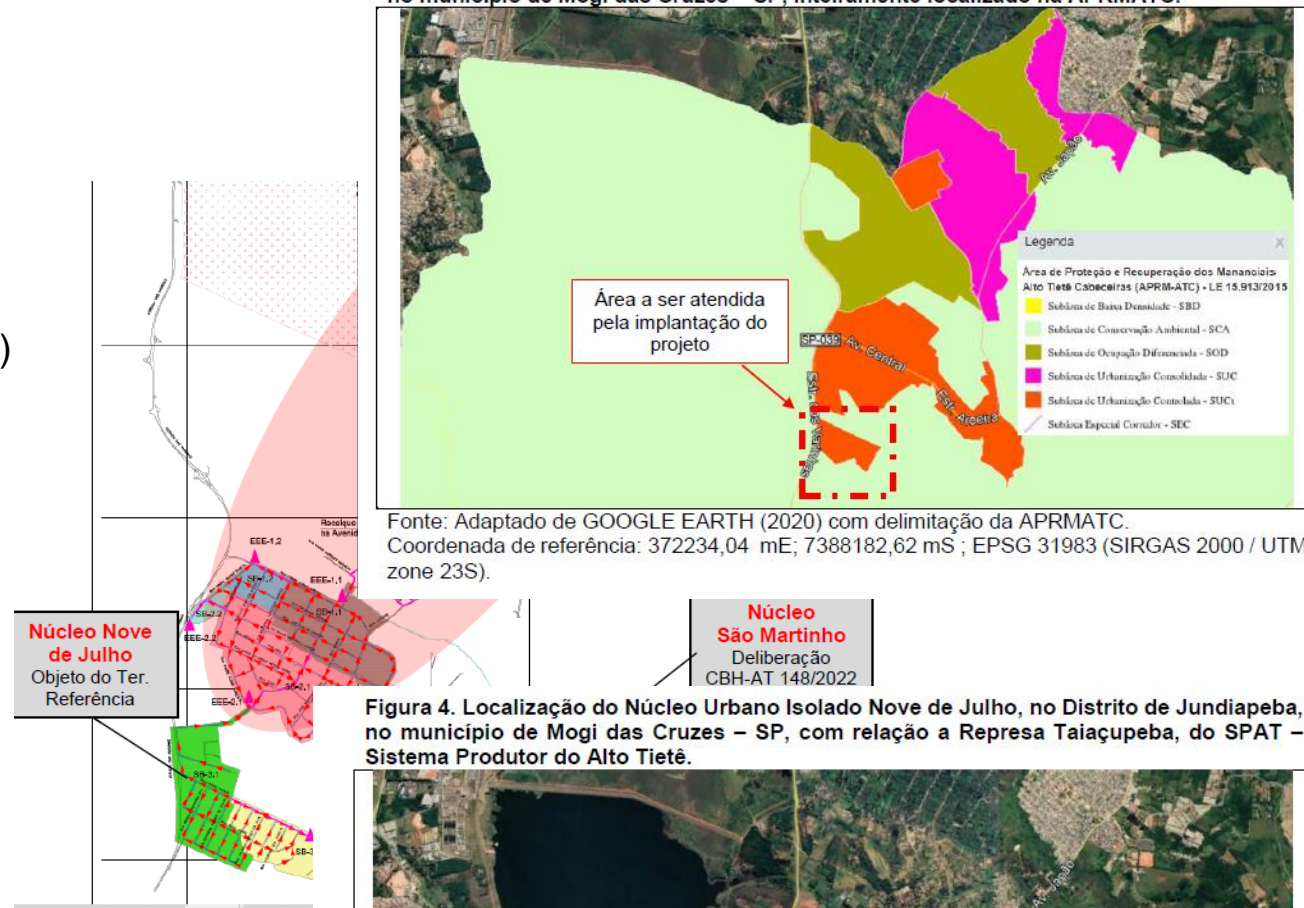


Figura 4. Localização do Núcleo Urbano Isolado Nove de Julho, no Distrito de Jundiapéba, no município de Mogi das Cruzes – SP, com relação a Represa Taiacupeba, do SPAT – Sistema Produtor do Alto Tietê.



Fonte: Adaptado de GOOGLE EARTH, 2020.
Coordenada de referência: 372234,04 mE; 7388182,62 mS; EPSG 31983 (SIRGAS 2000 / UTM zone 23S).

5. POPULAÇÃO ATENDIDA

✓ Número de habitantes de uma determinada localidade, baseado em dados oficiais e devidamente referenciados, que serão beneficiados **diretamente** com os resultados da proposta. Deve-se estabelecer relação direta com o(s) mapa(s) apresentado(s) no item 4.

- ✓ **População atendida é aquela que passará a contar com coleta (e não a de toda bacia);**
- ✓ **Os dados foram obtidos em projeto.**

5. POPULAÇÃO ATENDIDA

A população a ser atendida pela implantação do projeto é de 1.479 habitantes, conforme o quadro populacional do bairro **Nove de Julho** desenvolvido em projeto, sendo possível observar também a projeção da população a ser atendida futuramente pelo empreendimento, representado na Figura 6.

Figura 6. Evolução Populacional do Núcleo Isolado de Jundiapéba, destacando-se a área de projeto Jardim Nove de Julho.

Área de Projeto	Ano / População (hab.)			Saturação
	2019	2036	2046	
Jardim Nove de Julho	1.479	1.688	1.801	2.105

Fonte: Adaptado de Projeto Executivo – Quadro 3.1 *apud* HAGAPLAN, 2017b.

5. POPULAÇÃO ATENDIDA

✓ Número de habitantes de uma determinada localidade, baseado em dados oficiais e devidamente referenciados, que serão beneficiados **diretamente** com os resultados da proposta. Deve-se estabelecer relação direta com o(s) mapa(s) apresentado(s) no item 4.

- ✓ **População atendida é aquela que passará a contar com coleta (e não a de toda bacia);**
- ✓ **Os dados foram obtidos em projeto.**

5. POPULAÇÃO ATENDIDA

A população a ser atendida pela implantação do projeto é de 1.479 habitantes, conforme o quadro populacional do bairro **Nove de Julho** desenvolvido em projeto, sendo possível observar também a projeção da população a ser atendida futuramente pelo empreendimento, representado na Figura 6.

Figura 6. Evolução Populacional do Núcleo Isolado de Jundiapéba, destacando-se a área de projeto Jardim Nove de Julho.

Área de Projeto	Ano / População (hab.)			Saturação
	2019	2036	2046	
Jardim Nove de Julho	1.479	1.688	1.801	2.105

Fonte: Adaptado de Projeto Executivo – Quadro 3.1 *apud* HAGAPLAN, 2017b.

6. METODOLOGIA

Para empreendimentos não estruturais e para empreendimentos mistos

- ✓ Atividades a serem desenvolvidas, descrição de materiais e métodos e ser coerente com a obtenção dos produtos, para o atendimento pleno dos objetivos.
- ✓ Detalhar, quando couber: procedimentos a serem utilizados, baseadas em literatura especializada, legislação e/ou normas técnicas; atividades de campo, medições e análises laboratoriais (logística e infraestrutura); quantidade e a especificação técnica de materiais (inclusive softwares), veículos, equipamentos, devidamente justificados; metodologia de análise dos resultados.

- ✓ **Apresenta as etapas/atividades que serão desenvolvidas;**
- ✓ **Estabelece formas de elaboração do plano de trabalho.**

6. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos definidos, as seguintes etapas devem ser realizadas:

- Etapa 1 - Elaboração do Plano de Trabalho;
- Etapa 2 - Mobilização social;
- Etapa 3 - Estudos de criação das UCs.

6.1 ETAPA 1: Elaboração do Plano de Trabalho

A primeira atividade se refere à elaboração do Plano de Trabalho pela empresa/órgão a ser contratada para a execução do projeto, devendo conter a descrição detalhada e duração das atividades a serem desenvolvidas durante a vigência do projeto com vistas à sua consistência e confiabilidade.

O Plano de Trabalho deverá permitir uma análise compreensiva de eventuais caminhos críticos e de alternativas para contorná-los. Além disso, deverá consolidar as reuniões e oficinas de trabalho e formas de divulgação, indicando as datas prováveis da sua realização.

De acordo com o Protocolo de Intenções¹ celebrado pelos Municípios que compõem o Conisud, o consórcio é organizado em fóruns permanentes de secretários municipais e/ou seus representantes indicados para discussão, avaliação e deliberação condicionada sobre eixo temático, subtema, programas, projetos, ações, bem como demais assuntos que envolvam as pastas municipais. Esse documento prevê a possibilidade de criação de grupos de trabalho visando o desenvolvimento de ações pontuais e de natureza transitória ou permanente, especificando prazo para a conclusão dos trabalhos.

Desse modo, deverá ser constituído um Grupo Técnico de Trabalho (GTT) para atuar de forma colaborativa no auxílio técnico do projeto. O GTT terá as seguintes atribuições:

6. METODOLOGIA

Para empreendimentos não estruturais e para empreendimentos mistos

- ✓ Atividades a serem desenvolvidas, descrição de materiais e métodos e ser coerente com a obtenção dos produtos, para o atendimento pleno dos objetivos.
- ✓ Detalhar, quando couber: procedimentos a serem utilizados, baseadas em literatura especializada, legislação e/ou normas técnicas; atividades de campo, medições e análises laboratoriais (logística e infraestrutura); quantidade e a especificação técnica de materiais (inclusive softwares), veículos, equipamentos, devidamente justificados; metodologia de análise dos resultados.

✓ **Descreve estratégias para a execução da atividade.**

6.2 ETAPA 2: Mobilização social

Nessa etapa serão realizadas as seguintes atividades:

- Mapeamento de atores sociais e de canais de participação social, como conselhos e fóruns já existentes, para elaboração de uma lista de convidados para as reuniões e oficinas;
- Elaboração do Plano de Comunicação e Mobilização Social do projeto, que deve incluir o planejamento, formas de divulgação e organização dos eventos e reuniões técnicas a serem realizadas, indicando os locais, datas e horários a serem escolhidos para sua realização e potenciais conflitos com datas de outros eventos da região, além do formato dos eventos (presencial, híbrido ou online);
- Elaboração de material de divulgação sobre a importância e os benefícios da criação de RPPNs e UCs municipais de forma a sensibilizar e incentivar proprietários de áreas com vegetação natural e as prefeituras municipais com áreas públicas com vegetação natural a criarem UCs. A divulgação desse material deverá ser feita de modo a auxiliar também na identificação de interessados a criar UCs na área de estudo;

população com impactos positivos ao sistema de saúde, por exemplo); as atividades econômicas sustentáveis (turismo, observação de aves, trilhas) e atividades educativas e de pesquisa que podem ser desenvolvidas nas UCs, bem como os benefícios econômicos advindos dessa ação (ICMS-Ecológico, Programas de Pagamento por Serviços Ambientais, entre outros);

- a. Serão realizados, no mínimo, 6 eventos participativos nos municípios de Jujutiba, Embu Guaçu e São Lourenço da Serra, onde pretende-se mobilizar 200 pessoas (média de 35 participantes por evento). O formato de participação (presencial, remoto ou híbrido) será definido no Plano de Comunicação e Mobilização Social, visto que dependerá do perfil dos atores envolvidos, que serão mapeados no referido plano;
- b. Eventuais custos de locação de espaço, equipamentos audiovisuais, coffee break e divulgação, serão por conta do Tomador, com recurso previsto e orçado na Planilha Orçamentária.

Sensibilização de população, principalmente os proprietários rurais, acerca da importância das UCs para conservação e proteção dos recursos hídricos e a possibilidade de promover atividades econômicas sustentáveis (turismo, observação de aves, trilhas), além de atividades educativas e de pesquisa;

6. METODOLOGIA

Para empreendimentos não estruturais e para empreendimentos mistos

- ✓ Atividades a serem desenvolvidas, descrição de materiais e métodos e ser coerente com a obtenção dos produtos, para o atendimento pleno dos objetivos.
- ✓ Detalhar, quando couber: procedimentos a serem utilizados, baseadas em literatura especializada, legislação e/ou normas técnicas; atividades de campo, medições e análises laboratoriais (logística e infraestrutura); quantidade e a especificação técnica de materiais (inclusive softwares), veículos, equipamentos, devidamente justificados; metodologia de análise dos resultados.

- ✓ **Partindo de algo já existente, descreve ajustes metodológicos necessários;**
- ✓ **Deixa claro aspectos a serem considerados na caracterização;**
- ✓ **Se base no MMA.**

6.3 ETAPA 3: Estudos de criação das UCs

Após a construção do banco de áreas serão selecionadas pelo menos três áreas para realizar estudos técnicos para subsidiar o processo de criação de novas UCs.

O estudo anterior, desenvolvido na área de abrangência do CONISUD (IPT, 2023), identificou grandes áreas prioritárias para conservação utilizando a água como um macrocritério balizador para priorização de áreas, considerando também outras características importantes coletadas durante o processo participativo e visitas *in loco*. A partir das informações geradas, o método de mapeamento de áreas prioritárias se baseou na análise integrada dos mapas de critérios hídricos e de paisagem, os quais foram gerados por meio de modelagem da paisagem e integrados por meio de análise multicritérios e sobreposição (*overlay*) de mapas temáticos. Por se tratar de um estudo de abordagem regional, as informações apresentadas estão compatíveis com a escala do mapeamento de 1:10.000.

O grau de prioridade para conservação de áreas, bem como os resultados dos indicadores intermediários (mapa de favorabilidade ao fornecimento de serviços ecossistêmicos hídricos e mapa de potencialidade ambiental para conservação), deverão ser considerados como critério para seleção de áreas nos três municípios que compõem a área de estudo. Vale ressaltar que o estudo técnico que subsidiará o processo de criação das UCs deverá ser elaborado em escala 1:5.000, compatível com análises e investigações na escala da propriedade e não regional como foi a realizada no estudo anterior (IPT, 2023).

Os estudos técnicos têm por objeto fazer avaliação da área em questão e devem ser realizados por uma equipe técnica capacitada e, preferencialmente, multidisciplinar. Deverão tratar de uma caracterização do meio biótico, do meio físico, dos aspectos socioeconômicos, da existência de outras áreas protegidas, do potencial de visitação da área, da existência de populações tradicionais residentes ou que fazem uso da área, dentre outras. É também importante que se produzam informações sobre a questão fundiária da área e uma descrição sucinta sobre o uso da terra (MMA, 2019).

Para a elaboração do documento técnico, deverão ser realizadas as seguintes atividades:

- Levantamento bibliográfico e cartográfico para sistematização de informações necessárias para embasar o conhecimento da área a ser protegida;
- Caracterização da área: vias de acesso, vizinhança, proximidade ou incidência em UCs já existentes;
- Caracterização ambiental da área e entorno: fitofisionomias; fauna registradas; beleza cênica; atributos naturais – recursos hídricos e monumentos naturais; aspectos paleontológicos e arqueológicos relevantes; aspectos turísticos e culturais;
- Caracterização social da área e entorno: atividades desenvolvidas na propriedade; construções e moradores na área; existência de projetos e programas sendo desenvolvidos; infraestrutura na propriedade; sistema de abastecimento de água e coleta e sistema de tratamento de esgoto;

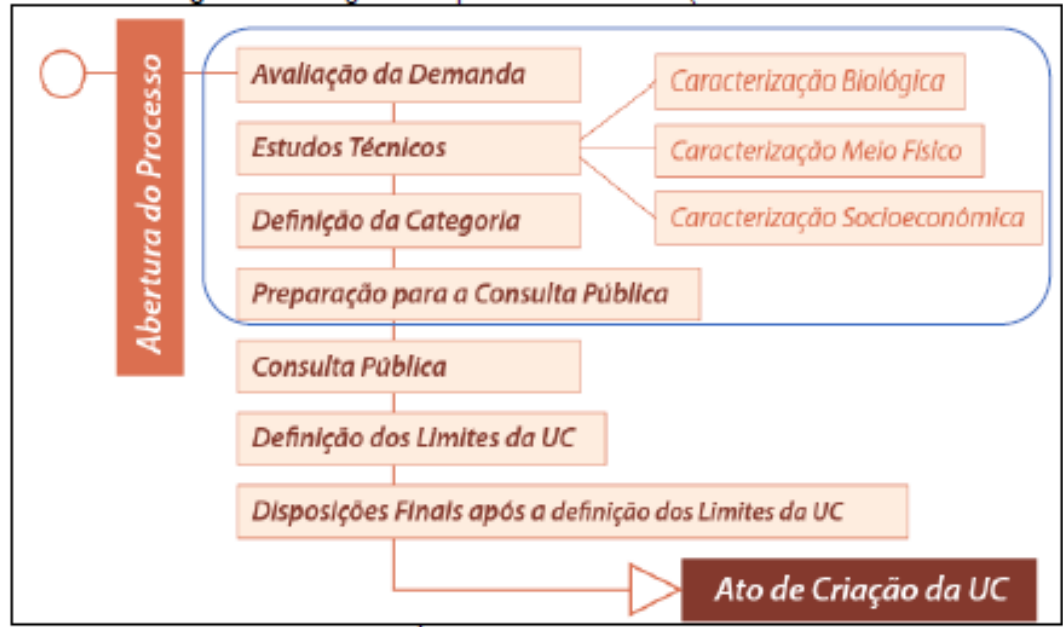
6. METODOLOGIA

Para empreendimentos não estruturais e para empreendimentos mistos

- ✓ Atividades a serem desenvolvidas, descrição de materiais e métodos e ser coerente com a obtenção dos produtos, para o atendimento pleno dos objetivos.
- ✓ Detalhar, quando couber: procedimentos a serem utilizados, baseadas em literatura especializada, legislação e/ou normas técnicas; atividades de campo, medições e análises laboratoriais (logística e infraestrutura); quantidade e a especificação técnica de materiais (inclusive softwares), veículos, equipamentos, devidamente justificados; metodologia de análise dos resultados.

- ✓ **Apresenta procedimento do MMA;**
- ✓ **Relata como vai estruturar/apresentar os resultados obtidos.**

Figura 4 - Fluxograma do procedimento de criação de uma UC



Fonte: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (2019)

As informações dessa atividade estarão consubstanciadas em um Relatório Técnico (Relatório Final - RF) contendo:

- detalhamento das atividades realizadas no período e descrição da metodologia utilizada nos estudos técnicos;
- laudos (1 para cada área), contendo os subsídios técnicos para a criação de novas Unidades de Conservação nas áreas selecionadas;
- em caso de UC do poder público (município): minuta de lei para criação da UC para consulta pública;
- diretrizes para o prosseguimento do processo de criação das UCs, com identificação de fontes de financiamento, como fundos municipais e estadual de meio ambiente, e fundos privados, bem como programas de incentivos econômicos com foco na conservação dos recursos naturais.

7. PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE OBRAS E SERVIÇOS (SOMENTE PARA EMPREENDIMENTOS ESTRUTURAIS)

Para empreendimentos estruturais, a especificação técnica é obrigatória e deve estar presente no pacote técnico (projeto básico ou executivo - conforme estabelecido pelas leis de licitações e normas técnicas brasileiras aplicáveis-, e respectivos memoriais descritivos, especificações técnicas e demais documentos pertinentes).

O projeto básico/executivo deverá:

- Possibilitar uma visão global da obra, identificando todos seus elementos constitutivos com clareza;
- Detalhar suficientemente as soluções técnicas viáveis de maneira a minimizar a necessidade de reformulações durante a elaboração do projeto executivo e a execução das obras e montagem;
- Identificar e especificar os serviços, materiais e equipamentos que assegurem os melhores resultados para o empreendimento;
- Fornecer informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições para a organização da obra;
- **Apresentar somente as especificações das obras/intervenções objeto do financiamento junto ao FEHIDRO.**

Caso o empreendimento estrutural contemple ações de caráter não estrutural, como por exemplo, ações de educação ambiental, o tomador deverá descrever também a metodologia para o desenvolvimento destas ações.

7. PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE OBRAS E SERVIÇOS (SOMENTE PARA EMPREENDIMENTOS ESTRUTURAIS)

O projeto de esgotamento do Núcleo Isolado do Núcleo Nove de Julho, objeto deste pleito, faz parte do “Projeto Executivo Jundiapéba”, elaborado sob o Contrato nº 29/2016, do “Estudo de Concepção e o Projeto Executivo de Engenharia para o Sistema de Esgotamento Sanitário dos Núcleos Isolados e Dispersos da Malha Urbana, Localizados no Município de Mogi das Cruzes/SP”. **Ressalta-se que o produto objeto deste pleito é focado no Nove de Julho, cujas especificações técnicas e detalhamento para execução das obras constam nos seguintes documentos:**

Desenhos	1.2 ELEVATÓRIA_EEE3_DETALHES_CONSTRUTIVOS_PLANTAS 1.2 LINHA DE RECALQUE_DETALHES_CONSTRUTIVOS_PLANTAS 1.2 REDE COLETORA_DETALHES_CONSTRUTIVOS_PLANTAS
Memoriais Descritivos	1.3 ELEVATÓRIA_Dimensionamento de Elevatória_EEE 3 1.3 ELEVATÓRIA_Planilha Orçamento_Instalação elétrica_EEE3_Nove de Julho 1.3 MEMORIA DE CÁLCULO E DESCRITIVO EEE 3 1.3 Memorial Descritivo_Rede Coletora de Esgoto 1.3 Memorial Descritivo_EEEB, Recalque e Soluções Individuais 1.3 PARECER GEOTÉCNICO_SONDAGENS (linha de recalque mapeamento)

Em síntese, os serviços necessários às obras de implantação do sistema de esgotamento do núcleo Nove de Julho serão executados como segue:

- a) Implantação de canteiro de obras: execução no local conforme NR-18.
- b) Ligações domiciliares, rede coletora, linhas de recalque e coletor tronco: serão assentadas por vala aberta conforme NBR 12266 e demais normas pertinentes; valas serão esgotadas por bombeamento onde estudo geotécnico do projeto executivo acusou ser necessário; as valas terão escoramento contínuo ou descontínuo conforme estudo geotécnico do projeto executivo; redes terão envoltória em areia ou pó-de-pedra, conforme estudo geotécnico do projeto executivo; a pavimentação será recomposta conforme a existente, portanto, recompondo pavimento asfáltico.
- c) Estação elevatória de esgoto: poços em concreto armado, estrutura em alvenaria de concreto e concreto armado, cobertura em telha de fibrocimento. Especificações hidráulicas e elétricas conforme projeto.
- d) Sistemas Individuais de tratamento: composto por fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro, projetado conforme a Norma ABNT NBR Norma ABNT NBR 13.969/97 e 7.229/97. **Se no momento da execução do projeto as normas revisadas, e as**

8. PARCERIA (quando aplicável)

- ✓ Parceria(s) com pessoa(s) jurídica(s), citada(s) no Termo de Referência, com definição clara das atividades sob sua responsabilidade. Se a parceria é fruto de aspectos legais ou normativos, deve-se citar o referencial. Para quaisquer das situações supracitadas, deve-se, obrigatoriamente, apresentar documento(s) comprobatório(s) no ato da submissão da proposta.
- ✓ Entende-se como parceria qualquer tipo de ação, em qualquer etapa, que implique de forma direta o desenvolvimento da proposta, por meio de recursos humanos, materiais e/ou econômicos de terceiros.

✓ **Descreve o tipo de parceria e colocam os termos no Anexo.**

9. PARCERIAS

O projeto será acompanhado pelo Grupo Técnico de Trabalho (GTT) que deverá acompanhar o andamento das atividades, participar de reuniões técnicas, avaliar os resultados e atestar a qualidade dos produtos a serem entregues.

O GTT será composto por profissionais do Conisud (Quadro 2), da empresa a ser contratada (Quadro 3) e técnicos das Prefeituras que compõem a área de estudo – Juquitiba, São Lourenço da Serra e Embu-Guaçu). **Os termos de parceria firmados com as prefeituras encontram-se no Anexo 3.**

Pelo presente **TERMO DE PARCERIA** o município [REDACTED] autoriza e se compromete a disponibilizar técnicos capacitados para acompanharem o Grupo Técnico de Trabalho (GTT), que será criado pelo CONISUD, sendo instituído para acompanhamento da execução do projeto, que tem como objetivo, identificar áreas (públicas e privadas) para a implantação de novas Unidades de Conservação, visando a conservação e proteção dos recursos hídricos nessa importante Sub-região da RMSP e Bacia do Alto Tietê, atendendo às diretrizes estabelecidas no PBH-AT 2018 (CBH- AT, 2018) e em consonância com as ações prioritárias da Deliberação CBH-AT Ad Referendum nº 162/2023.

8. PARCERIA (quando aplicável)

- ✓ Parceria(s) com pessoa(s) jurídica(s), citada(s) no Termo de Referência, com definição clara das atividades sob sua responsabilidade. Se a parceria é fruto de aspectos legais ou normativos, deve-se citar o referencial. Para quaisquer das situações supracitadas, deve-se, obrigatoriamente, apresentar documento(s) comprobatório(s) no ato da submissão da proposta.
- ✓ Entende-se como parceria qualquer tipo de ação, em qualquer etapa, que implique de forma direta o desenvolvimento da proposta, por meio de recursos humanos, materiais e/ou econômicos de terceiros.

- ✓ **Descreve o tipo de parceria;**
- ✓ **Descreve onde está um dos documentos a ser consultado.**

8. PARCERIAS

Já existe a parceria com a SABESP – Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo, firmada através do Contrato nº [REDACTED], que permite ao [REDACTED] lançar esgotos no interceptor IT-10, com encaminhamento para tratamento na ETE Suzano, da SABESP. Este contrato delimita que o [REDACTED] é responsável por todo o sistema até a conexão com o interceptor ITI-10, deste em diante é atribuição da SABESP.

Para este projeto, além do contrato, o documento “1.1 TR Anexo 2 - Manifestação SABESP - Nota Técnica [REDACTED]” traz a Nota Técnica [REDACTED] da anuência da SABESP para o recebimento dos esgotos provenientes do projeto atual para tratamento na ETE Suzano.

9. EQUIPE TÉCNICA

Apresentar tabelas com a descrição da equipe, separando em: (i) equipe do proponente tomador; e (ii) equipe a ser contratada com recursos do FEHIDRO.

Na proposição de empreendimentos "Não Estruturais", para os quais seja necessária a contratação de serviços/estudos, o TR deve explicitar a qualificação e quantificação da equipe técnica necessária.

Ressalta-se que a equipe do proponente tomador não pode ser remunerada com recursos do FEHIDRO, exceto os casos expressamente previstos no MPO.

- **Nome:** informar nome completo dos profissionais vinculados à instituição proponente;
- **Formação:** biólogo, químico, engenheiro agrônomo, sociólogo, dentre outros;
- **Experiência:** tempo e atividades desenvolvidas na área de atuação do objeto do financiamento;
- **Função:** informar a função que cada técnico da equipe desempenhará no empreendimento;
- **Dedicação:** informar número de horas a serem dedicadas pelos técnicos do empreendimento, caso horas técnicas sejam oferecidas como contrapartida.

Equipe do proponente tomador (informar se a equipe será oferecida como contrapartida não financeira):

NOME	FORMAÇÃO	EXPERIÊNCIA	FUNÇÃO	DEDICAÇÃO

Equipe a ser contratada com recursos do FEHIDRO:

FORMAÇÃO	EXPERIÊNCIA	FUNÇÃO

9. EQUIPE TÉCNICA

Quadro 2 – Equipe da Proponente:

Nome completo	Formação	Cargo/Experiência	Função no projeto
	Educação Artística e Pós Graduada em Gestão Pública	Secretaria Executiva do Conisud. Tem experiência em coordenação de projetos e câmaras temáticas de Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável, Mobilidade, turismo, Uso do solo, habitação.	Suporte operacional, articulação das reuniões, coordenação dos trabalhos pelo Conisud.
	Arquitetura e Urbanismo e Mestrado em Ciências - Area: Tecnologia da Arquitetura.	Diretora de Programas e Projetos do Conisud. Tem experiência em gerenciamento de projetos Fehidro. Já trabalhou com submissão de projetos e gestão de recursos captados e ou financiados.	Suporte operacional, responsável técnico pelo empreendimento, aprovação dos produtos.
	Marketing para Negócios	Diretora Administrativa e Financeira do Conisud. Tem experiência na gestão financeira de projetos Fehidro (prestação de contas e contato com o Agente técnico)	Suporte operacional, articulação das reuniões, prestação de contas do empreendimento.

X Faltou apresentação das dedicação (horas)

9. EQUIPE TÉCNICA

Quadro 3 – Composição mínima da equipe a ser contratada.

Formação	Experiência na área	Função no projeto
Biologia, Engenharias ambiental ou florestal, ou formação similar	Experiência de, no mínimo, 10 (dez) anos em atividade profissional na área de conservação dos recursos naturais, com ênfase em planejamento urbano e dos recursos naturais, especialmente dos recursos hídricos e florestais, e experiência comprovada na coordenação de projetos nesse tema.	Coordenador geral
Biologia, Ecologia ou Engenharias Agrônômica ou Florestal	Profissional de nível superior com atuação de, no mínimo, 10 (dez) anos em atividade profissional na área de caracterização dos aspectos do meio biótico e conservação dos recursos florestais e experiência comprovada em estudos similares.	Responsável Técnico
Geologia, Geografia, Engenharia ambiental, ou formação similar	Profissional de nível superior com atuação de, no mínimo, 10 (dez) anos em atividade profissional na área de caracterização dos aspectos do meio físico e experiência comprovada em estudos similares.	Responsável Técnico
Analista de sistema, geógrafo ou formação similar	Profissional de nível superior com atuação de, no mínimo, 10 (dez) anos em atividade profissional na área de Sistema de Informação Geográfica e experiência comprovada em geoprocessamento, cartografia e elaboração de base de dados.	Responsável Técnico
Geografia, Sociologia, ou formação similar	Profissional de nível superior com atuação de, no mínimo, 10 (dez) anos em atividade profissional na área de caracterização dos aspectos do meio socioeconômico e experiência comprovada em estudos similares.	Responsável Técnico
Sociologia, Comunicador social, cientista social ou formação similar	Profissional para atividades de comunicação social, com, no mínimo, 10 (dez) anos de atividade profissional na área e experiência comprovada na coordenação de projetos nesse tema	Responsável Técnico
Técnico ambiental	Profissional de nível médio, com atuação de, no mínimo, 5 (cinco) anos em planejamento e apoio de atividades de campo para caracterização de aspectos biofísicos	Auxiliar de campo

10. METAS, AÇÕES E INDICADORES

Metas envolvem as ações necessárias para alcançar certo objetivo específico, devendo ser claras, exequíveis e mensuráveis em determinado período de tempo.

- **Meta:** referencial, baseado em índice quantitativo e temporal relacionado a um determinado objetivo específico (ex.: redução de 5.000 m³/mês de perdas nas redes em 12 meses, redução de 30% do lançamento da carga poluidora existente no município em 6 meses etc.) dentre outros;
- **Ação:** procedimentos que permitem a consecução da meta, caracterizados pela realização de uma ou mais atividades;
- **Indicador:** é o referencial de quantificação da ação, ou seja, a “unidade” de medida que permite avaliar a evolução da ação proposta que, por sua vez, identifica a possibilidade

Objetivo Específico (a): Executar obras para implantação de sistema isolado de coleta de esgoto no bairro Jardim Nove de Julho		
Meta	Ação	Indicador
Implantação de sistema de coleta de esgoto no núcleo Nove de Julho para capacidade inicial de 3,02 L/s (vazão média da Estação Elevatória) de esgotos domésticos;	Implantar 6.439,80 metros de rede coletora, sendo 5.517 m de Tubos JEI- (Diâmetro 200 mm em PVC - Método Executivo VCA (Vala a céu aberto)) e 922,61 m para deslocamento sucessivo sem impacto - Diâmetro 300 mm - Método Não Destrutivo (MND)	Extensão da rede de esgotos (metros)
	Construir 62 poços de visita;	Quantidade de poços de visita construídos
	Construir 01 estação elevatória de esgoto;	Quantidade de EEE finalizadas e operantes
	Instalar 560 ramais de ligação;	Quantidade de ligações ativas de esgotos
Atender 1479 habitantes com coleta e tratamento de esgotos;	Operacionalizar sistema de esgotamento sanitário implantado no núcleo Nove de Julho após a conclusão das obras;	População atendida com esgotamento sanitário (nº de habitantes)
Objetivo Específico (b): Executar obras para implantação de Sistemas Individuais de Tratamento de Esgotos no bairro Jardim Nove de Julho		
Meta	Ação	Indicador
Implantação de soluções individuais de tratamento de esgotos no núcleo Nove de Julho nos casos em que a rede coletora não for capaz de atender, prevendo a instalação de 22 unidades de tratamento individuais;	Implantar e entregar, em pleno funcionamento, 22 Sistemas Individuais de Tratamento de Esgotos;	22 soluções individuais instaladas em funcionamento

10. METAS, AÇÕES E INDICADORES

Objetivo 1: Mobilizar a sociedade para sensibilização acerca da importância da conservação e preservação dos recursos hídricos e dos atributos ambientais da Sub-região Sudoeste da RMSP		
Meta	Ação	Indicador
Elaborar 01 plano de comunicação do projeto	Realizar as atividades descritas no item 6.2 desse TR	Plano de comunicação elaborado
Elaborar 01 folder para ser entregue a proprietários e prefeituras municipais da área de estudo	Divulgar a importância e benefícios da criação de UCs a proprietários e prefeituras municipais da área de estudo	Material de divulgação elaborado com informações sobre importância e benefícios da criação de UCs produzido e divulgado nos canais de divulgação identificados no Plano de Comunicação
Mobilizar 200 pessoas em, no mínimo, 6 eventos participativos	Realizar oficinas participativas	Nº de oficinas realizadas (Convite do evento)
		Nº de pessoas participantes (Lista de presença)
Objetivo 2: Construir um banco de áreas interessadas e aptas para criação de novas Unidades de Conservação nas áreas de mananciais da Sub-região Sudoeste da RMSP		
Meta	Ação	Indicador
Construir 01 banco de áreas em SIG	Realizar as atividades descritas no item 6.2 desse TR	Banco de áreas georreferenciadas elaborado
Cadastrar 20 proprietários e instituições interessadas para futuros projetos	Realizar as atividades descritas no item 6.2 desse TR	Nº de proprietários/instituições interessadas para futuros projetos (Carta de anuência)
Objetivo 3: Fornecer subsídios técnicos para o processo de criação de novas Unidades de Conservação nas áreas de mananciais da Sub-região Sudoeste da RMSP		
Meta	Ação	Indicador
Elaborar, pelo menos, 03 (três) estudos com subsídios técnicos para a criação de UCs	Realizar as atividades descritas no item 6.3	Nº de documentos técnicos elaborados (Laudos técnicos)

11. PRODUTOS E RESULTADOS ESPERADOS

- ✓ **Produto(s):** nome do produto(s);
- ✓ **Descrição:** descrever de forma sucinta o conteúdo dos relatórios ou caracterização da obra/serviço;
- ✓ **Ação do PA/PI 2024-2027*:** verificar no PA/PI e descrever qual ação a proposta se enquadra;
- ✓ **Meta do PA/PI 2024-2027*:** verificar no PA/PI e descrever qual a meta da ação;
- ✓ **Benefícios:** fazer o vínculo(s) do(s) produto(s) com a ação e meta do PA/PI 2024-2027* e os respectivos benefícios para a bacia hidrográfica;
- ✓ Além dos benefícios para a bacia hidrográfica como um todo, empreendimentos que beneficiem às Áreas de Proteção dos Mananciais (APM) e Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRM) deverão, obrigatoriamente, explicitar os benefícios e produtos para as respectivas áreas.

PRODUTO(S)	DESCRIÇÃO	AÇÃO DO PA/PI 2022-2023*	META DO PA/PI 2022-2023	BENEFÍCIOS
Implantação do sistema de esgotamento sanitário no Núcleo Urbano Isolado Nove de Julho, no Distrito de Jundiapéba.	Rede coletora, elevatórias, linhas de recalque com encaminhamento para tratamento na ETE Suzano, da SABESP.	Elaboração de projetos (básicos e/ou executivos) e execução de obras para implantação de sistemas de coleta, transporte e tratamento de esgotos	Melhoria no índice de efluente doméstico tratado da BAT, em relação ao efluente gerado	Aumento de coleta e tratamento de esgotos domésticos em APRM/ATC
Implantação de sistema individual de tratamento conforme a Norma ABNT NBR 13.969/97 e 7.229/97.	Casos em que for tecnicamente inviável a ligação na rede coletora dos esgotos	Elaboração de projetos (básicos e/ou executivos) e execução de obras para implantação de sistemas de coleta, transporte e tratamento de esgotos	Melhoria no índice de efluente doméstico tratado da BAT, em relação ao efluente gerado	Aumento de coleta e tratamento de esgotos domésticos em APRM/ATC

12. ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE

O tomador deve descrever como se dará a sustentabilidade/perenidade do produto gerado após a conclusão do empreendimento FEHIDRO. Em caso de empreendimentos estruturais, por exemplo, a sustentabilidade abrange a operação e manutenção, conforme o caso, e medidas voltadas às boas práticas para manter ao longo do tempo os resultados e benefícios alcançados com o financiamento do fundo.

É necessário descrever em detalhe, no mínimo:

- **Impactos socioeconômicos:** expectativa dos resultados e desdobramentos após a implantação do projeto;
- **Durabilidade e manutenção do objeto:** expectativa do tempo de vida útil do objeto e a previsão da periodicidade de manutenções necessárias para a sua longevidade;
- **Órgãos e entidades responsáveis:** indicar o órgão ou entidade responsável pela manutenção da obra ou guarda e manutenção periódica do bem;
- **Custos e fontes de recursos:** identificação dos custos previstos para as manutenções, periódicas ou não, e reparos do objeto (ex.: previsão de despesas no orçamento anual municipal).

✓ **ATENÇÃO SOU UMA NOVA SEÇÃO NO TR! NÃO SE ESQUEÇA DE MIM**

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ✓ Material (em formato físico ou eletrônico) caracterizado como fonte de informação citada no corpo da proposta.

13 REFERÊNCIAS

CBH-AT – COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ. Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê 2018. São Paulo: CBH-AT, 2018. Disponível em: <http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhat/documentos>. Acesso ago. 2020.

EMPLASA – EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S/A. Unidades de Informação Territorializadas (UITs) Sub-região Sudoeste. São Paulo: Emplasa, 2014.

EMPLASA – EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S/A. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (PDUI-RMSP)- Caderno Final de Propostas. São Paulo: Emplasa, 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais. Brasília: 2018. Disponível em: < 205), 2019.

IPT – INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Mapeamento de Áreas Prioritárias para Investimentos em Conservação e Recuperação da Qualidade Ambiental dos Mananciais da Sub-região Sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo. Relatório Final. São Paulo: IPT (Relatório Técnico 168.841 - 205), 2023.

MELO, D. D. V. et al. Diagnóstico rápido participativo no levantamento das causas de incêndios florestais no campus da UFLA. Floresta, v. 34, n. 2, p. 145-149, maio/ago, 2004.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Roteiro para criação de unidades de conservação municipais [recurso eletrônico] / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade, Departamento de Áreas protegidas - Brasília, DF: MMA, 2019.

SOUZA, J.L.; CÔRT, D.A.A Roteiro para Criação de RPPN Federal. Reserva particular do Patrimônio Natural. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2011. 92p.: il. color; 25 cm.

13 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSÓRCIO COBRAPE – JNS. Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê: Resumo Executivo. São Paulo, 2018.

GOOGLE EARTH. Imagens aéreas. Acesso em: 21 jul 2020.

HAGAPLAN. Plano Municipal de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Relatório P8: Resultados das Audiências Públicas / Consulta Pública / Conferência. Arquivo HP.16.007-RT-E5-PM-P8-VU-00 - Revisão 1. Mogi das Cruzes – SP, 2017a.

HAGAPLAN. Plano Municipal de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Relatório P8: Síntese do PMAE – Plano Municipal de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Arquivo HP.16.007-RT-E5-PM-P8-VU-00 - Revisão 1. Mogi das Cruzes – SP, 2017b.

MOGI DAS CRUZES. Lei Municipal nº 1.613, de 07 de novembro de 1966. Dispõem sobre a criação de entidade autárquica denominada SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS e dá outras providências.

SABESP – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Alto Tietê. Disponível em: <<http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaoId=31>> Acesso em 20/07/2020.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS. Versão 2010. Relatório disponível em: < <http://ipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf> > Acesso em 02 set 2020. Mapa disponível em: < <http://ipvs.seade.gov.br/view/index.php> > Acesso em 02 set 2020.



OBRIGADA!

Camila Clementina Arantes
Professora Universidade Federal do ABC
camila.arantes@ufabc.edu.br

Morro do Capuava, em Pirapora do Bom Jesus